



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Sexta-feira, 03 de outubro de 2025 às 15:06, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 7637336: RESOLUÇÃO Nº 14/2025/CMDCA

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Timbó

MUNICÍPIO

Timbó



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7637336>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 14/2025/CMDCA

Dispõe sobre a constituição da Comissão Provisória de Estudos e Monitoramento de Políticas Públicas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no município de Timbó.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Legislação Municipal;

Considerando deliberado na reunião ordinária realizada no dia 10/09/2025;

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento dos princípios levantar dados e indicadores sociais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Provisória de Estudos e Monitoramento de Políticas Públicas do CMDCA, composta pelos seguintes conselheiros:

- I. Jairo Brandt – Representante da Sociedade Civil
- II. Katia Tatiana Gadolfi Froes Cortê – Representante da Sociedade Civil
- III. Daiane Gonçalves – Representante do Poder Público

Art. 2º Compete à Comissão Provisória de Estudos e Monitoramento de Políticas Públicas do CMDCA:

- I. Identificar e mapear políticas públicas existentes nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança, justiça e outras que impactam direta ou indiretamente crianças e adolescentes;
- II. Coletar e analisar dados estatísticos e qualitativos relacionados à infância e adolescência, como evasão escolar, violência, saúde mental, acolhimento institucional, trabalho infantil, entre outros;
- III. Produzir diagnósticos, pareceres e relatórios técnicos, com base nos dados levantados, que possam orientar a atuação do CMDCA;
- IV. Articular-se com órgãos públicos e conselhos setoriais para promover a integração de ações e a troca de informações;



Art. 3º A Comissão de Ética terá duração pelo prazo necessário para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 02 de outubro de 2025.

Deise Adriana Nicholletti Mendes
Presidente do CMDCA